



ESTADO DE ALAGOAS

ISSN 2237-5775



# Contas Regionais do Estado de Alagoas 2008-2012

v.14

# 2014



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO  
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES  
GERÊNCIA DE CÁLCULOS DOS AGREGADOS ECONÔMICOS

# CONTAS REGIONAIS DO ESTADO DE ALAGOAS

2008-2012

v. 14

Maceió  
2014

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**Governador** - Teotonio Brandão Vilela Filho  
**Vice Governador** - José Thomaz Nonô Netto

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO – Seplande**

**Secretário de Estado** - Iásnaia Poliana Lemos Santana  
**Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Orçamento** - José Cândido do Nascimento

**Chefe de Gabinete** - Monica Marcia de Carvalho Mendonça

**SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**  
**Superintendente** - Thiago José Tavares Ávila

**DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E  
INDICADORES**

**Diretor** - Ilmo Wanderley Gallindo

**GERÊNCIA DE CÁLCULOS DOS  
AGREGADOS ECONÔMICOS**

**Gerente** - Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

**EQUIPE TÉCNICA**

Ilmo Wanderley Gallindo  
Gilvandro Freitas  
Roberson Leite Silva Júnior  
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

**EQUIPE APOIO**

Maria Teônia Melo Amorim  
Pedro Marcel Nascimento – estagiário  
Ewerton Pereira dos Santos – estagiário

**EDITOR**

Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

**EQUIPE DE REVISÃO**

Sarah Regina Nascimento Pessoa  
José Candido do Nascimento  
Márcia Núbia Barbosa Lopes  
Thiago José Tavares Ávila  
Thiago Cavalcanti do Nascimento

**NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

**Gerente** – Maria Gorileide P. de Oliveira

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

**Coordenador** – Lucas Lisboa  
**Assessora** – Suzana Maria Dias Gonçalves  
**Designer Gráfico** - Arthur de Almeida

CONTAS REGIONAIS DO ESTADO DE ALAGOAS é uma publicação anual da SEPLANDE/AL. Disponível para consultas e download no site <http://www.seplande.al.gov.br> ou <http://informacao.seplande.al.gov.br/>. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

**Bibliotecária Responsável:** Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Contas Regionais do Estado de Alagoas. – Ano 14, n.14 (2001)- .  
-Maceió:Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2014.  
v.: il. Color. ; 21cm.

Anual  
Período: 2008-2012  
Continuação de: Produto Interno Bruto, a partir do v.10  
ISSN 2237-5775

1. Economia – Alagoas. 2. Estatística - Alagoas

CDU 33(813.5)  
31(813.5)

## APRESENTAÇÃO

Um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, o Produto Interno Bruto (PIB), objetiva mensurar a atividade econômica de uma região, em termos de produção de riqueza. Esse desempenho constitui um valioso subsídio à tomada de decisão dos gestores públicos e, conseqüentemente, possui forte impacto para a sociedade alagoana.

Para garantir a sistemática produção de informação voltada ao Estado, a Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande), por meio de sua Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento, apresenta a publicação Contas Regionais do Estado de Alagoas, que reúne dados precisos sobre as atividades produtivas de Alagoas.

As informações que constam nesta publicação compreendem o período de 2008 a 2012, desagregadas por atividade econômica e setor de atividade, com metodologia elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Coordenação de Contas Nacionais, em parceria com os órgãos de estatística das secretarias estaduais.

O estudo se aplica a uma visão mais perceptiva da realidade, possibilitando o desenvolvimento de análises mais aprofundadas a partir do PIB, podendo, ainda, ser considerado como referência para pesquisas, fundamentando novos trabalhos que ampliem o conhecimento sobre a estrutura produtiva da economia estadual.

Esta publicação é, portanto, mais um resultado dos esforços da Seplande em cumprimento à sua função de produzir, sistematizar e divulgar dados estatísticos do Estado, de forma a atender a demanda dos vários segmentos da sociedade.

Por fim, registramos nossos agradecimentos à cooperação do IBGE, em particular na qualificação dos técnicos da Seplande, aspecto fundamental para a consolidação e a consistência dos resultados finais.

**Iásnaia Poliana Lemos Santana**

**Secretária**



## TABELAS

- Composição do PIB de Alagoas - 2011-2012	36
- População residente estimada e PIB per capita de Alagoas - 2011-2012	37
- Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, variação nominal e <i>ranking</i> do crescimento nominal, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2012	38
- Variação nominal do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	39
- Composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente de Alagoas	40
- Produto Interno Bruto <i>per capita</i> de Alagoas	40
- Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas	41
- Participação (%) no Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas	41
- Valor Adicionado, a preço básico, por atividade econômica de Alagoas	42
- Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado de Alagoas	43
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, Valor Adicionado por setor de atividade e Impostos, do Brasil e Região Nordeste	44
- Participação (%) do Valor Adicionado e dos Impostos no PIB do Brasil e da Região Nordeste	45
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Brasil e da Região Nordeste	46
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e <i>ranking</i> das Unidades da Federação	47
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e <i>ranking</i> , por Estados da Região Nordeste	49
- Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo <i>ranking</i> das Unidades da Federação	50
- Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo <i>ranking</i> , por Estados da Região Nordeste	52
- Produto Interno Bruto de Alagoas, do Nordeste e do Brasil, segundo	52

participação

## GRÁFICOS

- PIB a preço de mercado corrente (1 000 000 R\$) de Alagoas 2008-2012	40
- Produto Interno Bruto per capita de Alagoas - 2008-2012	40
- Valor Adicionado a preço básico (1 000 000 R\$), por setor de atividade, de Alagoas- 2008-2012	41
- Participação no Valor Adicionado a preço básico, por setor de atividade, de Alagoas -2008-2012	41
- Valor Adicionado a preço básico (1 000 000 R\$), por atividade econômica, de Alagoas - 2012	42
- Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado de Alagoas - 2012	43
- PIB a preço de mercado corrente, por Estados da Região Nordeste - 2008-2012	46



**SUMÁRIO**

- Apresentação	3
- Metodologia de regionalização das pesquisas	9
- PIA - Pesquisa Industrial Anual – PIA – Empresa	9
- PAC - Pesquisa Anual do Comércio	10
- PAS – Pesquisa Anual de Serviços	11
- PAIC - Pesquisa Anual da Indústria da Construção	11
- Cálculo da função de produção dos trabalhadores por conta própria	11
- Resumo dos procedimentos	12
1 – Agropecuária	12
1.1 – Agricultura	14
- Consumo Intermediário	15
1.2 – Pecuária	15
1.3- Silvicultura e exploração florestal	16
1.4 – Pesca	16
2 – INDÚSTRIA	16
2.1 – Indústria Extrativa Mineral	17
- Tratamento da extração de petróleo e gás	18
2.2 – Indústria de transformação	20
2.3 – Indústria da construção	20
2.4 – Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	22
3 – Serviços	23
3.1 – Comércio e serviços de manutenção e reparação	23
3.2 – Transportes e armazenagem e correio	24
3.3 – Serviços de alojamento e alimentação	24
3.4 – Atividades imobiliárias e aluguéis	25
3.5 – Serviços prestados às empresas	25

3.6 – Serviços prestados às famílias e associativos	26
3.7 – Serviços de informação	27
3.8 – Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	27
3.9 – Administração, saúde e educação públicas	28
3.10 – Saúde e educação mercantil	29
3.11 – Serviços domésticos	30
- Definição do Ano de Referência	31
- Análise Geral	32
- Análise Setorial	34
- Agropecuária	34
- Indústria	35
- Serviços	35

## **METODOLOGIA DE REGIONALIZAÇÃO DAS PESQUISAS**

No modelo atual das Contas Regionais, baseado fortemente nas pesquisas anuais do IBGE, a informação mais completa refere-se às empresas e também às suas unidades locais. Este modelo tem como vantagem a melhor informação sobre os fatores produtivos necessários para construção dos agregados com base nos dados contábeis das empresas, que em última instância, é a informação mais próxima da sua estrutura administrativa e organizacional. Naturalmente, por ser uma empresa formal, ela já convive com a prestação de contas sobre o seu desempenho financeiro junto ao órgão de fiscalização fazendária.

No modelo anterior, baseado em Censos, a informação servia melhor no que tange à regionalização já que advinha do estabelecimento e que poderia não estar na mesma Unidade da Federação da sede da empresa. No entanto, era mais difícil ao informante, já que ele teria que fornecer as informações em formato não habitual ao seu padrão contábil e acabava gerando informações distorcidas, além de serem bastante morosas, especialmente para as grandes corporações, que são compostas de várias unidades produtivas.

Para melhor adaptar as Contas Regionais ao novo modelo e, por saber, que se impõem algumas limitações no que concerne à regionalização, foi necessário desenvolver alguns critérios para regionalizar os agregados com base em indicadores fornecidos pelas pesquisas. Esses critérios de regionalização são por pesquisa:

### **PIA - Pesquisa Industrial Anual – PIA – Empresa**

A PIA-Empresa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas industriais, tendo atividade principal

classificada nas Seções C e D da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Está desenhada para representar todas as Unidades da Federação (UFs) na divisão da CNAE 1.0 (dois dígitos).

A PIA investiga empresas com cinco ou mais pessoas ocupadas, sendo o estrato amostrado composto por empresas entre 5 e 29 PO e o estrato completo com 30 ou mais pessoas ocupadas.

A pesquisa está organizada num esquema de unidades múltiplas com identificação das unidades locais, tendo a empresa como unidade central de investigação e núcleo em torno do qual se articulam as unidades. Para as empresas com múltiplas localizações e/ou múltiplas atividades econômicas, completam-se o enfoque centralizado na empresa, com a identificação das unidades locais, por localização geográfica e atividade principal exercida, e a informação de um conjunto limitado de variáveis referentes às atividades nelas exercidas. São com base nessas informações que foram criados os métodos de regionalização.

O valor da produção e o consumo intermediário foram estimados a partir da tradução das variáveis contábeis constantes no questionário da pesquisa para os conceitos de Contas Nacionais segundo as recomendações internacionais.

### **PAC - Pesquisa Anual do Comércio**

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas, a distribuição espacial e as transformações no tempo das atividades investigadas, através de levantamentos anuais. São pesquisadas as empresas classificadas na Seção G da CNAE (excluindo 50.42, 51.1 e 52.7) sediadas no território nacional, à exceção da Região Norte onde são consideradas apenas aquelas sediadas nos municípios das capitais.

O plano amostral da pesquisa divide-se em estrato completo e estrato amostrado. As empresas comerciais com 20 ou mais Pessoas Ocupadas (PO) compõem o estrato completo e as demais o estrato amostrado.

A unidade de investigação da PAC é a empresa, o que gerou a necessidade do estabelecimento de critérios de rateio para as empresas que atuam em mais de uma Unidade da Federação (UF).

### **PAS – Pesquisa Anual de Serviços**

A pesquisa tem por objetivo identificar a estrutura básica dos serviços empresariais não financeiros no País, sua distribuição espacial e o acompanhamento de suas transformações, através de levantamentos anuais. A pesquisa possui como abrangência o território nacional, à exceção da Região Norte, onde são consideradas apenas àquelas sediadas nos municípios das capitais. A unidade de investigação da pesquisa foi à empresa, gerando necessidade de regionalização das informações das empresas por Unidade da Federação de atuação.

O plano amostral da pesquisa divide-se em estrato completo e estrato amostrado. As empresas comerciais com 20 ou mais Pessoas Ocupadas (PO) compõem o estrato completo e as demais o estrato amostrado.

### **PAIC - Pesquisa Anual da Indústria da Construção**

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas, a distribuição espacial e as transformações no tempo da atividade de construção no país, através de levantamentos anuais. A unidade de investigação é a empresa classificada na Seção F da CNAE 1.0 e possui abrangência para todo o território nacional para as empresas que possuem 5 ou mais pessoas ocupadas.

### **Cálculo da função de produção dos trabalhadores por conta própria**

A PNAD é uma pesquisa domiciliar, não tendo preocupações econômicas que

permitam a estimação de agregados macroeconômicos para o cálculo do PIB pela ótica da produção, e a informação que foi apropriada pela contabilidade nacional foi a posição na ocupação e o rendimento anualizado, este utilizado como *proxy* do VA da conta própria.

Para a construção da função de produção dos trabalhadores por conta própria utilizado os coeficientes técnicos (CI/VP, VA/VP etc.) das pequenas empresas (estrato amostral). Uma outra opção seria a utilização da ECINF (Economia Informal Urbana 2003), que também fornece a indicação para os coeficientes técnicos. Esta pesquisa foi usada nos parâmetros das Contas Nacionais, mas, por ter sido uma pesquisa única no ano de 2003, os coeficientes ficam constantes, fator este, fundamental no caso das Contas Regionais, pela opção pelos indicadores do estrato amostral, já que teremos informações anuais classificados pela CNAE.

## RESUMO DOS PROCEDIMENTOS

No novo ano de referência das Contas Regionais (2002) foram introduzidas algumas alterações, tanto pelas fontes das pesquisas, quanto de procedimentos, como já abordado. Na metodologia antiga, índices de volume e de preços eram utilizados para extrapolar a tendência do comportamento das atividades e estimar um valor corrente. Agora, os valores nominais são obtidos anualmente das pesquisas estruturais e balanços das empresas para as diversas atividades.

Os próximos capítulos contêm resumo por atividade da nova metodologia, classificação e procedimentos para a estimação anual dos agregados (VP, CI e VA).

### 1 – AGROPECUÁRIA

A atividade agropecuária na base 1985 era estimada apenas por uma função de produção. O Censo Agropecuário (CA) de 1985 foi a fonte básica dos

dados, onde eram estimados o valor de produção dos produtos da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração vegetal e pesca, separadamente, sendo que os insumos eram agrupados para toda a agropecuária, existindo assim somente uma atividade.

No novo ano de referência (2002), foi replicado às Unidades da Federação (UF) o trabalho feito nas Contas Nacionais, onde a agropecuária está desdobrada em doze atividades: sete da agricultura, três da pecuária, uma da silvicultura e exploração vegetal, além da pesca. A evolução do VP será tratada mais adiante, separadamente para cada atividade.

Neste sentido, houve um ganho analítico em relação a base 1985, em vez de uma função de produção teremos neste novo formato doze funções de produção. A estrutura definida separa em atividades os produtos mais importantes da economia brasileira (soja, cana-de-açúcar, café, cítricos e cereais) e agrupam-se em duas atividades os produtos não contemplados, os outros produtos da lavoura permanente e outros da lavoura temporária.

Para o consumo intermediário (CI), os insumos eram comuns a todas as atividades, já que o CA de 1995/1996 foi construído pelo critério de produção principal do estabelecimento, com isto, contemplava a produção principal do estabelecimento e também às produções secundárias:

**Relação dos insumos:**

- Adubos e Corretivos
- Sementes e Mudas
- Agrotóxicos
- Medicamentos para Animais
- Sal
- Rações Industriais
- Outros Alimentos
- Compra de Ovos e Pinto de 1 dia
- Aluguel de máquinas e equipamentos

- Serviços de empreitada, Transporte da produção.
- Sacaria e outras embalagens
- Combustíveis e lubrificantes
- Energia elétrica
- Outras despesas

Para a evolução dos insumos para os anos posteriores ao CA 1995/1996, foram utilizados indicadores específicos de volume e de preço, dependendo do produto, se da lavoura temporária ou permanente, da mesma forma para pecuária, silvicultura, exploração florestal e Pesca.

Para divulgação as atividades agrícolas foram agrupadas a atividade de silvicultura e exploração florestal e a pecuária foi somada a atividade de pesca.

## **1.1 – Agricultura**

- Cultivo de Cereais
- Cultivo de Cana-de-açúcar
- Cultivo de Soja
- Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Temporária
- Cultivo de Cítricos
- Cultivo de Café
- Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Permanente.

O valor da produção (VP) estimado com base no Censo de 1995/1996 foi evoluído desde o ano de 1996 pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) por UF. Utilizam-se as variações de valor e de quantidade da PAM para os produtos que efetivamente são acompanhados pela pesquisa e, para aqueles que não têm indicadores na PAM, adota-se como indicador de evolução do volume da produção a média dos indicadores disponíveis por atividade.

Este procedimento é semelhante à base 1985, o que diferencia é o fato de



serem agrupados em atividades diferentes, com funções de produção específicas.

## **Consumo Intermediário**

Como já citado, com a introdução de uma função de produção para sete atividades agrícolas, a evolução dos insumos destas atividades para os anos subsequentes foi realizada de acordo com a característica de cada uma. Para os produtos da lavoura temporária o indicador básico de volume é a área cultivada, para os produtos da lavoura permanente o indicador foi à variação da produção do produto principal. Para preço foram utilizados os indicadores de preços recebidos e pagos pelos produtores, Índice de Preço Pago médio (IPP médio) e Índice de Preço Recebido (IPR) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro - FGV. Apenas para o consumo de energia elétrica rural utilizou-se a quantidade consumida e a variação de preços específicos para cada UF, fornecidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

### **1.2 – Pecuária**

1.2.1 - Criação de Bovinos, Outros Animais Vivos e Produtos de Origem Animal.

1.2.2 - Criação de Suínos

1.2.3 - Criação de Aves

O valor da produção (VP) da Pecuária também foi estimado com base no CA 1995/1996. Basicamente foi utilizada a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) para evoluir o volume e, os Índices de Preços Recebidos pelos produtores (IPR) da FGV, para obtenção do valor.

No VP do produto bovinos vivos, diferentemente da base 1985, foi utilizado o ciclo de maturação dos animais, tanto para abate quanto para produção de leite, que, em média, é aproximadamente três anos. Foi utilizado também o

peso do animal para abate por UF, para especificar as diferenças entre os tipos de gado cultivado no Brasil.

As atividades de suinocultura e criação de aves não apresentaram modificações na comparação com a base anterior, na evolução do VP destas duas atividades foi utilizado a PPM no volume e, IPR para preços, para os anos subsequentes ao CA 1995/1996. O CI foi evoluído da mesma forma que os produtos agrícolas.

### **1.3- Silvicultura e exploração florestal**

Esta atividade foi estimada de forma semelhante as atividades agrícolas, sempre com base no CA 1995/1996. Os indicadores de volume e preço para estimativa dos anos correntes foram a Pesquisa do Extrativismo Vegetal e Silvicultura (PEVS). Para os produtos que não dispunha de indicadores na PEVS se utilizou o indicador médio, separadamente, para os produtos da silvicultura e extrativismo vegetal.

### **1.4 – Pesca**

A atividade de piscicultura foi estimada de forma descendente, isto é, a função de produção da pesca nas Contas Nacionais foi distribuída para os estados com base nos dados informados pelo IBAMA para as empresas legalmente constituídas e a produção referente às famílias pela estrutura do Censo Demográfico 2000 – CD 2000. Para o CI foi utilizada a relação CI/VP da conta de produção para a pesca das Contas Nacionais.

## **2 – INDÚSTRIA**

Para as atividades industriais, que são Indústria de Transformação, Extrativa Mineral e Construção Civil, a exceção dos Serviços Industriais de Utilidades Pública (SIUP), foram introduzidas a Pesquisa Anual da Indústria (PIA)-

Empresa e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) do IBGE. A introdução da pesquisa torna-se o fator diferencial mais importante neste novo contexto no trabalho, tanto nas Contas Nacionais quanto nas Contas Regionais.

As novas pesquisas por amostra do IBGE conseguem ser trabalhadas, apuradas e introduzidas ao trabalho em tempo hábil, sendo que a vantagem deste novo marco é de fornecer o valor dos agregados anualmente, sem a necessidade de estimadores derivados (índice de preço e de volume) para a obtenção dos valores dos agregados.

A classificação utilizada foi a CNAE, diferentemente da base 1985 a classificação é fixa para todas as UFs, independente se tem ou não importância para o estado. Na base anterior (1985) os gêneros industriais que não tinham importância para os estados eram agrupadas em uma rubrica chamada "outros".

Os próximos tópicos estão compostos de uma descrição mais aprofundada das atividades industriais.

## **2.1 – Indústria Extrativa Mineral**

Na construção da atividade foi utilizada a PIA e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, exceto para a atividade de extração de petróleo e gás, que trataremos em separado mais a frente.

Para o desdobramento do valor que a PIA disponibiliza, a opção foi a utilização do índice de volume e a obtenção do preço implicitamente. No caso dos estados que dispõem da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) utilizou-se a pesquisa, para os demais, foram utilizados os dados do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e/ou do consumo de energia elétrica na indústria extrativa. Este procedimento é idêntico ao utilizado na base 1985, com a diferença que a pesquisa já levanta dados em valor corrente sendo,

desta forma, o índice de preço estimado de forma implícita a partir do índice de volume calculado.

### **Tratamento da extração de petróleo e gás**

A produção de petróleo e gás foi tratada separadamente e de maneira distinta da base 1985. Para descrever o procedimento é necessário antecipar o próximo tópico e incluir, na descrição da extração de petróleo e gás, a atividade de Refino de Petróleo que, apesar de fazer parte da indústria de transformação, teve um tratamento integrado com a extração.

No Brasil, a extração de petróleo e refino são atividades econômicas associadas, basicamente, a uma só empresa, a Petrobrás. Neste sentido, diferentemente da série anterior, a produção das duas atividades (extração de petróleo e refino) foi calculada a partir do valor adicionado (VA) da empresa. Na série anterior, as duas atividades eram estimadas separadamente e o resultado não era comparado ao valor adicionado total da empresa. Nesta nova série, o trabalho tem como ponto de partida o VA da Petrobrás, que será desdobrado em VA da extração de petróleo e gás e VA do refino.

Abaixo o esquema básico de cálculo:

- 1) O VA da Petrobrás foi calculado com base na ótica da renda, isto é, o VA é igual às remunerações mais o excedente operacional da empresa. A partir do cálculo do VA da Petrobrás, estimou-se o VA das atividades de exploração de petróleo e refino.
- 2) O próximo passo foi o cálculo do valor da produção (VP) do refino e da extração de petróleo. O VP da extração de petróleo foi estimado pela multiplicação das quantidades extraídas de petróleo e gás pelo preço internacional do petróleo (*brent*) menos um redutor de qualidade de 2 dólares.

Equação:

$$VP_{\text{extração}} = \text{Quantidade extraída de petróleo e gás (ANP)} * (\text{preço do petróleo (brent)} - \text{reductor de qualidade})$$

3) O cálculo do VP dos produtos do refino foi feito pela multiplicação das quantidades produzidas (ANP) pelo o preço dos produtos (ANP).

Equação:

$VP_{refino} = \text{Quantidade refinada (por produto ANP)} * (\text{preço dos produtos refinados (ANP)})$

4) Após o cálculo do VP da extração de petróleo e refino, obteve-se o VP total da empresa Petrobrás, o CI total da empresas foi obtido por diferença:

Equação:

$VA = VP - CI$

Já calculado

$VP_{extração} \text{ e } VP_{refino}$ , esta soma é igual ao  $VP_{Petrobrás}$

Agora se pode calcular:

$VP_{Petrobrás} - VA_{Petrobrás} = CI_{Petrobrás}$

Com isto estima-se a conta de produção completa da empresa Petrobrás.

5) Com a função de produção da empresa pronta, para o desdobramento do CI entre as atividades elegeu-se o cálculo do CI da atividade refino e por diferença o CI da extração. Esta escolha deu-se pelo fato de se conhecer melhor as variáveis de custos e despesas. O CI do refino é composto pelo petróleo extraído, mais o petróleo importado e pelas margens de refino.

Equação:

$CI_{refino} = (\text{petróleo extraído} + \text{petróleo importado}) / \text{petróleo utilizado} + \text{margens de refino}$ .

6) Por diferença, foi obtido o CI da atividade de extração de petróleo e gás.

Equação:

$CI_{Petrobrás} - CI_{refino} = CI_{extração}$

7) Concluído este procedimento, regionalizou-se a função de produção das duas atividades, tendo como base os dados da Agência Nacional de Petróleo

(ANP) que informa o volume de produção de petróleo e gás por UF e a produção das refinarias por UF.

Com este procedimento garantimos que a soma das funções de produção das duas atividades seja igual ao da empresa, cada UF recebeu a parte proporcional nas duas atividades e, com isto, o total do VA da empresa.

## **2.2 – Indústria de transformação**

Na construção desta atividade foi utilizado a PIA para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, tanto para o ano de referência, quanto para os anos subsequentes.

Como para a grande maioria das atividades da nova série, a opção para o desmembramento do índice de valor obtido na pesquisa, foi o indicador de volume e o índice de preço obtido implicitamente. A PIM foi o índice de volume utilizado, isto, para os estados que dispõe da pesquisa (AM, PA, CE, PE, BA, ES, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e GO) para os demais, a opção ainda é o consumo industrial de energia elétrica por gênero industrial. Neste sentido, as únicas mudanças importantes introduzidas foram a PIA e o tratamento da atividade refino, detalhado anteriormente.

## **2.3 – Indústria da construção**

Para construção dos agregados da atividade, foi utilizada a Pesquisa da Indústria da Construção (PAIC) para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria. As principais alterações em relação a série 1985 foi a introdução da pesquisa PAIC, e também, o procedimento de estimação dos indicadores de volume. Como nas demais atividades onde se estimam os dados em valores correntes das pesquisas anuais e estima-se um índice de volume o índice de preços é obtido implicitamente.

Esta atividade, como na série 1985, está sendo calculada pelo IBGE, avaliada

e referendada pelos estados, já que é de difícil regionalização.

A metodologia para o cálculo do índice de volume para a atividade teve algumas alterações em relação a série 1985, que de um modo geral, era estimada por regressões, entretanto utilizamos as mesmas variáveis mas de forma diferente.

As variáveis selecionadas para compor a evolução dos agregados, Valor de Produção e Consumo Intermediário, da atividade de Construção Civil para os anos correntes da série 2002, foram:

- O consumo aparente de cimento (SNIC);
- O pessoal ocupado da PNAD/IBGE (parte conta própria); e
- O número de empregados informados pela RAIS/MTE (parte formal).

O cimento constitui uma variável *proxy* do consumo intermediário e o pessoal ocupado da PNAD, que representa os conta própria mais o da RAIS, que simboliza o lado formal da Construção, ambos em consonância com o Valor Adicionado.

Assim, o produto real da atividade de Construção Civil, para as Unidades da Federação, foi função das variáveis explicativas: cimento e pessoal ocupado.

A equação que descreve o cálculo do índice de volume da Construção Civil pode ser visualizada assim:

$$Y = (CI/VP) * X1 + (VA/VP) * X2.$$

Onde:

Y é o índice de volume da construção civil por Unidade da Federação;

X1 é a variação em volume do cimento por Unidade da Federação; e

X2 é a variação do pessoal ocupado por Unidade da Federação<sup>1</sup> (1).

---

<sup>1</sup> O pessoal ocupado da PNAD foi agregado com o pessoal ocupado da RAIS através da ponderação da participação no VP dos trabalhadores por conta própria da Construção, e o pessoal ocupado da RAIS ponderado pela participação do formal no VP, formando assim o índice agregado do PO que atuará na equação acima especificada.

As relações CI/VP e VA/VP de cada UF serviram como ponderadores para agregação das variáveis estimando, desta forma, o índice de volume da Construção Civil de cada UF.

A evolução do Consumo Intermediário Seguiu o mesmo indicador, em volume da produção. Após o cálculo de todas as UFs, confrontou-se o índice de produção da atividade de Construção para o Brasil e ajustou-se aos dados nacionais, tanto a produção como o consumo intermediário.

## **2.4 – Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana**

O procedimento de estimativa da conta de produção por Unidade da Federação não foi modificado nesta atividade. O processo de regionalização da atividade requereu o envolvimento de todas as equipes estaduais, que levantaram os balanços contábeis de todas as empresas classificadas nesta atividade (empresas de geração e distribuição de energia elétrica, de tratamento e distribuição de água e esgoto). Os dados dos balanços foram transformados para os conceitos da contabilidade nacional e foi estimada uma função de produção. O total dos resultados obtidos por UF foram ajustados aos dados nacionais.

A vantagem deste procedimento é que além da coleta dos balanços ser descentralizada, requer o engajamento das equipes, que têm noção clara do elenco de empresas que atuam em seus estados. A comparação dos resultados deste processo e os obtidos pela análise das Declarações de Imposto de Renda Pessoas Jurídicas (DIPJ) resultou em diferenças insignificantes.

O índice de volume seguiu o mesmo procedimento da série anterior:

- Para geração de energia – variação da quantidade de energia gerada, no VP e CI;



- Para distribuição de energia – variação da quantidade de energia distribuída no VP e CI; e
- Para tratamento e distribuição de água e esgoto – VP volume de água faturada; CI volume de água tratada.

### **3 – SERVIÇOS**

A atividade de serviços foi aquela que mais se beneficiou com a introdução das pesquisas anuais do IBGE, desde os Censos econômicos da década de 80 não se tinham tantos parâmetros para as atividades produtoras de serviços, agora, no novo ano de referência a cada ano poderemos acompanhar o comportamento destes setores.

Com o resultado das Contas Nacionais divulgado pelo IBGE (ano de referência 2000), percebeu-se que os setores de serviços ganharam participação no PIB em detrimento dos setores produtores de bens e certamente isto vai ser percebido regionalmente.

A introdução da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) e da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) se configura na grande mudança estrutural da nova série de referência. Todo este novo contexto não configura mudanças de procedimentos e sim, percepção anual do setor demonstrado pelas pesquisas.

O setor de serviços foi classificado no novo ano de referência em onze atividades para divulgação, abaixo relacionadas:

#### **3.1 – Comércio e serviços de manutenção e reparação**

O comércio no novo ano de referência foi estimado com base na PAC, PAS e PIA, para as empresas formais e PNAD para os trabalhadores por conta própria.

A atividade de comércio na série anterior não dispunha de muitas informações para a estimação dos anos subsequentes ao Censo de 1985. Havia muitas

dificuldades de se encontrar bons indicadores regionais, para os diversos segmentos do comércio, por este motivo, quando da divulgação das Contas Nacionais no começo de 2007, esta atividade foi uma das que teve seu peso na economia acima do que era estimado, o comércio passa de 7% para 11% da economia brasileira em 2004.

Além da vantagem da introdução da PAC nas estimativas regionais, nesta nova série, dispomos ainda da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) que fornece os indicadores de crescimento real do comércio para o desdobramento do valor da pesquisa entre índice de preço e de volume de alguns segmentos, além da utilização de dados da Associação Nacional dos fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e da Agência Nacional de PETRÓLEO (ANP) como indicadores de volume e o índice de preço foi obtido de forma implícita.

### **3.2 – Transportes e armazenagem e correio**

As atividades de transporte e armazenagem abrangem as atividades relacionadas com o transporte, por conta de terceiros, por rodovias, ferrovias, água, ar e dutos; a armazenagem de mercadorias e as empresas de correios. O transporte compreende as empresas e os transportadores autônomos de carga, de mudanças e de passageiros.

Para construção dos agregados da atividade, foi utilizada a Pesquisa Industrial Anual (PIA)-Empresa, a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria.

### **3.3 – Serviços de alojamento e alimentação**

Os agregados (VP, CI e VA) das atividades de alojamento e alimentação foram totalmente estimados com base na PAS e PIA para as empresas formais e PNAD para os trabalhadores por conta própria.

Estas atividades foram trabalhadas separadamente, mas divulgadas juntas. Como em todas atividades que compõem os serviços, o aperfeiçoamento nos resultados foi devido ao fato da introdução da PAS, já que não haviam bons indicadores para as estimativas anuais dos setores de serviço.

As variações de preço foram obtidas a partir dos dados em valor corrente da pesquisa e indicadores de volume calculados por atividade de serviços.

Para a atividade de alimentação utiliza-se a variação de pessoal ocupado total da PNAD, por UF, como indicador de volume. Para a atividade de alojamento utilizam-se os passageiros desembarcados menos os em trânsito como índice de volume. Não houve grandes modificações de procedimentos nesta atividade, com exceção da introdução da PAS.

### **3.4 – Atividades imobiliárias e aluguéis**

Nesta seção incluem-se as atividades imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação e administração. Compreende também os serviços de aluguéis de veículos, máquinas, equipamento e objetos de uso pessoal.

Nas Contas Nacionais, o aluguel efetivo (residencial e comercial) e o aluguel imputado, foram construídos de forma ascendente, isto é, estima-se as Unidades da Federação, totalizando o Brasil pela soma das 27 UFs.

O setor de aluguéis de imóveis nas Contas Nacionais inclui os aluguéis recebidos por particulares pela cessão de seus imóveis, sob o regime de aluguel, para terceiros e, também, o valor do aluguel imputado aos residentes em moradia própria.

Para as atividades imobiliárias constituídos por empresas foi utilizado a PAS e para os trabalhadores por conta própria a PNAD.

### **3.5 – Serviços prestados às empresas**

A atividade de serviços prestados às empresas foi uma das atividades que

mais adquiriram importância, não apenas na economia brasileira, mas também no cenário econômico mundial.

O crescimento dos custos dos serviços foi um fator de importante estímulo à terceirização, na medida em que gerou pressões sobre os custos das empresas, pressionando-as a substituírem a produção dentro da própria atividade por encomendas a terceiros. Estas circunstâncias ocorreram tanto para os serviços mais complexos, que exigem mão-de-obra qualificada, quanto para os serviços tradicionais, empregadores de mão-de-obra desqualificada (limpeza, segurança, alimentação, alojamento e serviços domésticos).

Esta atividade foi totalmente estimada pela PAS, para as empresas formais, e PNAD para os trabalhadores por conta própria. A incorporação da PAS trouxe para a atividade de prestação de serviços às empresas uma grande contribuição para se medir anualmente sua importância na economia brasileira. Na série 1985 esta atividade estava classificada junto com o setor de aluguéis e nesta nova série, estará sendo estimada separadamente, em virtude do nível de importância.

Para o desdobramento do valor, como nas outras atividades, utiliza-se os indicadores de volume e o preço implícito. O índice de volume utilizado foi o crescimento médio das atividades produtivas, inclusive a administração pública, que é um forte demandante dos serviços ofertados pelas empresas prestadoras de serviços. Assim, o resultado foi o crescimento médio ponderado por UF medido pelo desempenho dos setores que demandam os serviços.

### **3.6 – Serviços prestados às famílias e associativos**

A atividade foi toda estimada pela PAS, para as empresas formais e, PNAD para os trabalhadores por conta própria. Esta atividade juntamente com o comércio, tem um forte componente de informalidade.

Para as outras atividades, optou-se pelo índice de volume para o desdobramento do valor disponibilizado pela pesquisas. Utiliza-se a variação do pessoal ocupado total da PNAD.

### **3.7 – Serviços de informação**

A atividade de Serviços de Informação abrange os serviços de Telefonia móvel e fixa, e os demais serviços de informação (atividades cinematográficas e de vídeo, atividades de rádio e de televisão, atividades de informática e serviços relacionados etc.).

Na série 1985 esta atividade não foi pesquisada quando da realização do Censo econômico de 1985, conseqüentemente, os dados referentes ao ano de referência e para os anos correntes foram coletados diretamente das empresas de telecomunicações, seja pela pesquisa de empresas públicas ou diretamente pelos balanços das empresas.

A partir dos relatórios anuais dessas empresas sobre receita e despesas operacionais, pode-se construir o Valor da Produção, Consumo Intermediário e Valor Adicionado para todos os anos. Para as empresas de telecomunicações tanto para a base 1985 quanto para a nova série 2002 a fonte foram os Balanços Contábeis compatibilizados com as informações da PAS (uma vez identificadas as empresas prestadores).

### **3.8 – Intermediação financeira, seguros e previdência complementar**

Esta atividade apresenta poucas mudanças, o cálculo foi mantido de forma descendente, isto é, o resultado dos estados foi obtido por uma partição da conta de produção do Brasil. A diferença em relação a base 1985, foi a utilização de uma repartição para os seguros diferente da utilizada para os Serviços Financeiros Indiretamente Medidos (SIFIM).

Os indicadores de distribuição do valor do SIFIM das Contas Nacionais foram as operações bancárias ativas e passivas, fornecidas pelo documento de movimentação bancária por município do Banco Central do Brasil. Para a participação dos seguros serão usadas as informações fornecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que controla todo o setor, e o indicador foi o prêmio pago por UF.

### **3.9 – Administração, saúde e educação públicas**

Esta atividade foi calculada da mesma forma que na série anterior, através da pesquisa de regionalização das transações do setor público. As principais fontes foram o Sistema Integrado de Administração Financeira do governo Federal (SIAFI) e o de Finanças do Brasil (FINBRA), ambos do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional e da pesquisa Finanças Públicas do Brasil do IBGE.

A atividade administração pública passou por algumas mudanças de procedimentos metodológicos para atender de forma mais precisa às recomendações internacionais, entre as quais se destaca a apuração do consumo de capital fixo. Como o valor da produção desta atividade é calculado a partir dos custos de produção, conforme as recomendações internacionais, era necessário incluir este custo na sua base de cálculo para que os fluxos (valor da produção, valor adicionado, etc.) fossem calculados em termos brutos. O acréscimo do consumo de capital fixo, que representa cerca de 12% do valor adicionado bruto da atividade, foi um dos principais fatores que contribuíram para elevação do valor nominal da administração pública em relação à série anterior.

A atividade Administração Pública passou a ter um índice de volume próprio para cada elemento de sua conta de produção (remunerações, gastos de custeio e consumo de capital fixo).

Neste novo contexto, o índice de volume que foi utilizado para as

remunerações (VA) foi a variação do número de funcionários; os gastos de custeio (CI), o índice de volume foi estimado implicitamente, gerado pela deflação de seus custos; o consumo de capital fixo foi deflacionado pelo índice de preço médio do consumo de capital das Contas Nacionais. Com estas mudanças, a atividade APU experimenta um salto qualitativo no indicador de crescimento em relação a série 1985, onde o crescimento da atividade era o crescimento populacional.

O índice de volume utilizado para saúde pública levou em consideração a variação de dias de internação do ministério da saúde e para educação pública a quantidade de matrículas por série do ministério da educação.

### **3.10 – Saúde e educação mercantil**

Para atividade de saúde e educação mercantil (saúde e educação pública estão dentro da atividade APU), como na série 1985, usar-se-á o método descendente de cálculo dos agregados, isto é, faz a distribuição da conta de produção da atividade das Contas Nacionais para cada UF.

A grande mudança nestas estimativas em relação à série 1985 quando adotou-se a participação da renda do trabalho obtida na PNAD no total da renda do Brasil. No novo ano de referência, introduziu-se os dados da DIPJs para construção da participação de cada UF. O método consiste em fazer uma leitura da receita das empresas de saúde e educação mercantil, criando-se uma chave de repartição para o VP por UF e repetir a relação consumo intermediário/valor da produção (CI/VP) da função de produção das Contas Nacionais.

Para o ano de 2004, usou-se a participação de 2003, já que as DIPJs não estavam disponíveis para uso.

O índice de volume utilizado foi a variação de pessoal ocupado total nas duas atividade fornecido pela PNAD.

### **3.11 – Serviços domésticos**

Não houve nenhuma mudança no cálculo desta atividade em relação a série 1985. Atividade foi construída com base no total de pessoas ocupadas nos serviços domésticos, baseado nos dados da PNAD. Os índices para a evolução serão mantidos. Para volume, variação do pessoal ocupado total da PNAD.



## **DEFINIÇÃO DO ANO DE REFERÊNCIA**

Em geral, a escolha do ano de referência de uma série de Contas Nacionais/Regionais deve recair sobre um ano para o qual se disponha de dados suficientemente detalhados e abrangentes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da Conta de Produção.

A escolha do ano de referência recaiu sobre o ano de 2002, tendo em vista que foi aquele em que a PNAD recebe uma nova classificação (CNAE domiciliar), ficando compatível com os anos subsequentes. Nesse mesmo ano, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) passa a ser uma pesquisa com o perfil semelhante ao das outras pesquisas anuais, isto é, com estrato amostral e estrato certo, deixando de ser um painel. Dispõe-se também da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) com resultados para o ano de 2002/03 para balizar as estimativas de produção das atividades; e, finalmente, em 2003, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) já está compatibilizada com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) em suas ponderações, sendo este indicador de suma importância na mensuração do crescimento da indústria em volume de grande parte dos estados brasileiros.

Para os anos posteriores a 2002, já não se enfrentam problemas conceituais para a ausência de informações, como anteriormente para os anos intercensitários. A reformulação do modelo estatístico e incorporação por parte do IBGE de novas estatísticas suprem em parte a falta de indicadores regionais para algumas atividades (transporte, comércio, construção e serviços), já que estas pesquisas fornecem anualmente os valores correntes dos principais agregados. No entanto, para a partição entre a variação de volume e preço, ainda encontram-se algumas dificuldades de ausência de dados mais precisos.

## ANÁLISE GERAL

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Alagoas atingiu o valor de R\$ 29,545 bilhões em 2012, que representa um crescimento real de 5,00% em relação ao ano de 2011 (R\$ 28,540 bilhões). Em termos comparativos, a economia alagoana apresentou crescimento superior ao do Brasil (0,87%).

O PIB de Alagoas representou 0,67% do PIB nacional em 2012, participação semelhante à verificada no ano anterior (0,69%). Assim, em termos absolutos, o estado permaneceu na 20ª posição, ficando à frente dos seguintes estados: Rondônia, Sergipe, Piauí, Tocantins, Amapá, Acre e Roraima.

O Nordeste obteve um PIB a preços correntes de R\$ 595,382 bilhões em 2012, o que significou 13,56% da economia nacional. Ao analisar o desempenho alagoano no contexto nordestino, observou-se que o estado representou 4,96% da economia da região e manteve-se como a 7ª economia do Nordeste, permanecendo à frente de Sergipe e Piauí neste comparativo.

O PIB *per capita*, importante indicador para o desenvolvimento econômico, é o quociente entre o PIB e o número de residentes de um determinado território. Neste aspecto Alagoas permaneceu na 25ª posição dentre os estados brasileiros, com um produto *per capita* de R\$ 9.333,00, que representou um crescimento nominal de 2,80% em relação ao ano anterior. Alagoas ficou apenas à frente dos estados do Maranhão e do Piauí.

O Valor Adicionado (VA), a preço básico, do Estado de Alagoas, alcançou o montante de R\$ 26,374 bilhões, sendo R\$ 1,483 bilhão do setor Agropecuária (primário), R\$ 5,866 bilhões da Indústria (secundário) e R\$ 19,025 bilhões do setor de Serviços (terciário). O setor primário participou com 5,62%, o secundário 22,26% e o terciário com 72,14% do VA alagoano. Dentro da

participação do setor de Serviços, as atividades econômicas que mais se destacaram foram o comércio (17,55%), e a administração pública (26,33%).

Na composição do PIB alagoano o VA representou 89,27%, enquanto que os impostos representaram 10,73% do cômputo do produto. Este comportamento foi semelhante ao do ano anterior. Nas próximas seções serão abordados os comportamentos dos três setores da economia alagoana em 2012.

## ANÁLISE SETORIAL

### Agropecuária

O setor da Agropecuária participou com 5,62% do VA total do estado em 2012, tendo um montante de R\$ 1,483 bilhão, apresentando uma variação real de (-9,04%) em relação ao ano anterior. O Setor primário exibiu dificuldades em função da estiagem prolongada que afetou Alagoas e o Nordeste. De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE), constataram-se reduções na produção dos principais produtos da agricultura alagoana. Entre as culturas que apresentaram maiores quedas, citam-se: milho (-95,06%), feijão (-83,12%), coco-da-baía (-45,80%), e cana-de-açúcar (-5,41%). De uma forma geral, houve reduções em 18 das 25 atividades agrícolas produtivas.

Conforme os dados divulgados pelo IBGE, por meio da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), a criação de bovinos manteve-se como a mais significativa de Alagoas (1.221.266 cabeças), apresentando uma redução de 3,71% em relação ao ano de 2011 (1.268.304). Assim como ocorreu para a produção agrícola, a estiagem prolongada também afetou a criação de rebanhos em Alagoas e em outros estados do Nordeste, a falta de água e do alimento gerou um problema de difícil solução para os gestores públicos e os produtores rurais.

A produção leiteira, a criação de ovinos e a criação suína também foram impactadas em 2012 pelo mesmo motivo. Portanto, o ano analisado não foi satisfatório para a Agropecuária, tornando a participação do setor no VA total do estado a menor ao longo da série 2008-2012.

## Indústria

O setor Industrial, em 2012, apresentou um valor adicionado de R\$ 5,866 bilhões, com crescimento real de 9,07% em relação ao ano de 2011, contribuindo com 22,24% do VA total. A Indústria de transformação cresceu 5,79%, ocasionado pela expansão da indústria química. O desempenho da cadeia química e da atividade da Construção Civil compensou o baixo dinamismo do segmento sucroenergético no período.

A construção civil apresentou crescimento real de 21,11%, em função de aspectos conjunturais, como incentivos do Governo Federal e acesso a financiamentos de longo prazo, mas também, em função das obras de reconstrução de habitações danificadas por enchentes, principalmente a ocorrida em 2010, que afetou cidades da Zona da Mata alagoana.

A Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana obteve uma variação de 5,63%, impulsionado pelo consumo de energia elétrica industrial, que variou de 467.649 MWh para 584.374 MWh no ano em análise, significando um crescimento de 19,97%.

Em contrapartida a Indústria extrativa mineral apresentou uma queda de 12,66%, devido principalmente a redução na produção de petróleo (13,76%).

## Serviços

O setor de Serviços, em 2012, totalizou 19,025 bilhões, respondendo por 72,14% do Valor Adicionado do estado, o que representou uma variação real de 4,40% em relação a 2011.

Dentre as atividades com bom desempenho cita-se o Comércio e serviços de manutenção e reparação, com crescimento real de 7,77%, influenciado pelo comércio varejista, que apresentou satisfatórios índices de receita nominal e volume de vendas, tendo alcançado médias maiores que as nacionais no

referido ano, conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE). Os números do varejo refletiram a expansão da renda e do crédito experimentada pela região Nordeste nos últimos anos. Além disso, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o comércio também apresentou resultados positivos na criação de empregos formais, atingindo um montante de 84.329, no ano de 2012, com uma variação de 7,19% em relação ao ano anterior.

A atividade econômica da administração pública continuou impactando significativamente o PIB alagoano, no ano analisado, a atividade participou com 26,33% do VA total, enquanto que a atividade de Comércio e serviços de manutenção contribuiu com 17,55% na composição deste agregado.

O estado também mostrou um desempenho satisfatório no subsetor Saúde e educação mercantis, crescendo em termos reais 5,47% em relação ao ano anterior. O desempenho do subsetor é explicado pela expansão dos planos de saúde no Brasil, sobretudo, na Região Nordeste. Em Alagoas este incremento se deveu, principalmente, ao aumento de planos individuais.

### Composição do PIB de Alagoas - 2011-2012

ANO	Moeda	Valor Adicionado Bruto (a preço básico corrente) (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto Interno Bruto (a preço de mercado corrente) (=)	Varição real anual do PIB 2011/2010 e 2012/2011 (%)
2011	R\$ milhão	25.661	2.879	28.540	6,7
2012	R\$ milhão	26.374	3.171	29.545	5,0

Fonte: IBGE/Seplande-AL. Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

**População residente estimada e PIB *per capita* de Alagoas - 2011-2012**

<b>ANO</b>	<b>População residente estimada</b>	<b>PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)</b>	<b>Varição anual nominal do PIB <i>per capita</i> (%)</b>
2011	3.143.384	9.079	15,3
2012	3.165.472	9.333	2,8

**Fonte:** IBGE/Seplande-AL. Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

**Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, variação nominal e ranking do crescimento nominal, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2012**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	VALOR (1 000 000 R\$)				ranking do crescimento nominal
	Valor adicionado bruto a preço básico corrente (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto interno bruto a preço de mercado corrente (=)	Variação nominal do PIB 2012/2011 (%)	
<b>BRASIL</b>	<b>3.725.069</b>	<b>667.025</b>	<b>4.392.094</b>	<b>6,0</b>	<b>-</b>
<b>NORTE</b>	<b>202.982</b>	<b>28.401</b>	<b>231.383</b>	<b>3,5</b>	<b>-</b>
Rondônia	26.024	3.338	29.362	5,5	15º
Acre	8.681	948	9.629	9,5	9º
Amazonas	52.577	11.543	64.120	-0,7	27º
Roraima	6.714	600	7.314	5,2	17º
Pará	81.724	9.285	91.009	3,0	25º
Amapá	9.586	833	10.420	16,2	1º
Tocantins	17.676	1.854	19.530	8,1	12º
<b>NORDESTE</b>	<b>517.233</b>	<b>78.150</b>	<b>595.382</b>	<b>7,2</b>	<b>-</b>
Maranhão	51.993	6.827	58.820	12,7	3º
Piauí	22.687	3.034	25.721	4,5	20º
Ceará	78.109	12.022	90.132	2,4	26º
Rio Grande do Norte	34.688	4.856	39.544	9,5	8º
Paraíba	34.342	4.389	38.731	9,3	10º
Pernambuco	99.275	18.065	117.340	12,4	4º
<b>Alagoas</b>	<b>26.374</b>	<b>3.171</b>	<b>29.545</b>	<b>3,5</b>	<b>24º</b>
Sergipe	24.532	3.292	27.823	6,2	14º
Bahia	145.233	22.495	167.727	4,9	18º
<b>SUDESTE</b>	<b>2.023.839</b>	<b>400.167</b>	<b>2.424.005</b>	<b>5,6</b>	<b>-</b>
Minas Gerais	351.903	51.649	403.551	4,5	21º
Espírito Santo	87.640	19.689	107.329	9,9	7º
Rio de Janeiro	429.123	75.098	504.221	9,1	11º
São Paulo	1.155.173	253.731	1.408.904	4,4	22º
<b>SUL</b>	<b>604.795</b>	<b>106.065</b>	<b>710.860</b>	<b>5,8</b>	<b>-</b>
Paraná	216.777	39.150	255.927	6,9	13º
Santa Catarina	149.779	27.497	177.276	4,9	19º
Rio Grande do Sul	238.240	39.418	277.658	5,3	16º
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>376.221</b>	<b>54.242</b>	<b>430.463</b>	<b>8,6</b>	<b>-</b>
Mato Grosso do Sul	47.103	7.368	54.471	10,6	6º
Mato Grosso	72.319	8.511	80.830	13,2	2º
Goiás	107.940	15.986	123.926	11,4	5º
Distrito Federal	148.859	22.376	171.236	4,1	23º

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.



**Variação nominal do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Variação nominal (%)				
	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010	2012/2011
<b>BRASIL</b>	<b>13,9</b>	<b>6,8</b>	<b>16,4</b>	<b>9,9</b>	<b>6,0</b>
<b>NORTE</b>	<b>15,8</b>	<b>5,5</b>	<b>23,5</b>	<b>10,9</b>	<b>3,5</b>
Rondônia	19,2	13,1	16,4	18,2	5,5
Acre	16,8	9,8	14,8	3,7	9,5
Amazonas	11,4	6,0	20,5	8,0	-0,7
Roraima	17,3	14,4	13,4	9,6	5,2
Pará	18,2	-0,2	33,3	13,5	3,0
Amapá	12,3	9,5	11,6	8,5	16,2
Tocantins	18,0	11,3	18,3	4,8	8,1
<b>NORDESTE</b>	<b>14,3</b>	<b>10,1</b>	<b>15,9</b>	<b>9,4</b>	<b>7,2</b>
Maranhão	21,8	3,6	13,6	15,3	12,7
Piauí	18,6	13,6	15,9	11,5	4,5
Ceará	19,4	9,3	18,5	13,0	2,4
Rio Grande do Norte	11,1	9,5	15,9	11,6	9,5
Paraíba	15,7	11,8	11,2	10,9	9,3
Pernambuco	13,1	11,3	21,4	9,7	12,4
<b>Alagoas</b>	<b>9,5</b>	<b>9,0</b>	<b>15,7</b>	<b>16,1</b>	<b>3,5</b>
Sergipe	15,7	1,1	21,1	9,5	6,2
Bahia	10,8	12,8	12,6	3,6	4,9
<b>SUDESTE</b>	<b>13,1</b>	<b>5,5</b>	<b>16,5</b>	<b>9,9</b>	<b>5,6</b>
Minas Gerais	17,1	1,6	22,4	9,9	4,5
Espírito Santo	15,8	-4,4	23,0	19,0	9,9
Rio de Janeiro	15,6	3,1	15,0	13,6	9,1
São Paulo	11,1	8,1	15,1	8,2	4,4
<b>SUL</b>	<b>13,4</b>	<b>6,7</b>	<b>16,2</b>	<b>8,0</b>	<b>5,8</b>
Paraná	10,9	6,0	14,4	10,2	6,9
Santa Catarina	17,8	5,3	17,5	10,9	4,9
Rio Grande do Sul	13,0	8,2	17,0	4,4	5,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>18,4</b>	<b>11,2</b>	<b>12,8</b>	<b>13,1</b>	<b>8,6</b>
Mato Grosso do Sul	17,9	9,7	19,6	13,2	10,6
Mato Grosso	25,1	7,3	4,0	19,8	13,2
Goiás	15,4	13,7	14,0	14,0	11,4
Distrito Federal	17,6	11,8	14,0	9,7	4,1

Fonte: IBGE/Seplande-AL

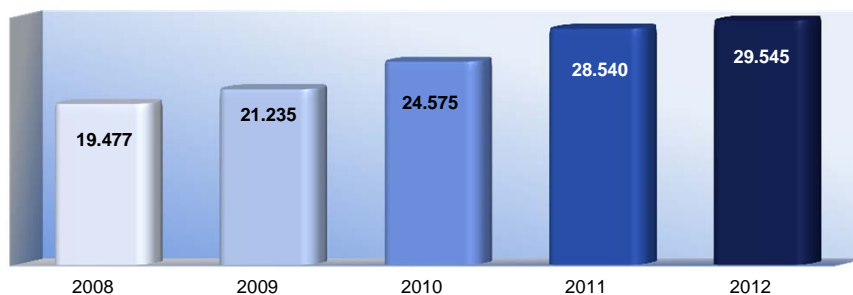
Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente de Alagoas

Ano	VALOR (1 000 000 R\$)				
	Valor adicionado a preço básico corrente (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	PIB a preço de mercado corrente (=)	Variação nominal do PIB (%)	Variação real anual (%)
<b>2008</b>	17.443	2.034	19.477	9,5	4,1
<b>2009</b>	19.084	2.151	21.235	9,0	2,1
<b>2010</b>	21.932	2.643	24.575	15,7	6,8
<b>2011</b>	25.661	2.879	28.540	16,1	6,7
<b>2012</b>	26.374	3.171	29.545	3,5	5,0

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## PIB a preço de mercado corrente (1 000 000 R\$) de Alagoas 2008-2012

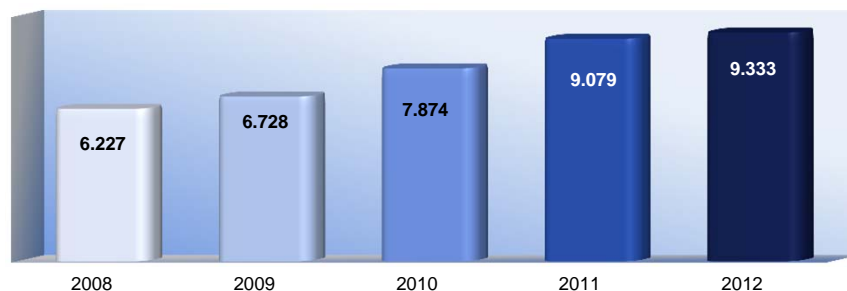


Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita* de Alagoas

Ano	PIB <i>per capita</i> (1,00 R\$)	Variação nominal anual (%)
<b>2008</b>	6.227	6,3
<b>2009</b>	6.728	8,0
<b>2010</b>	7.874	17,0
<b>2011</b>	9.079	15,3
<b>2012</b>	9.333	2,8

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita* de Alagoas - 2008-2012

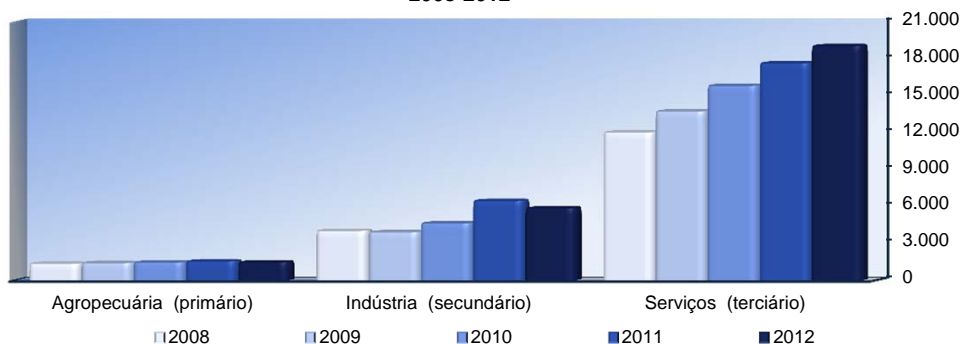
Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas

Ano	VALOR ADICIONADO (1 000 000 R\$)			
	Total	Agropecuária (primário)	Indústria (secundário)	Serviços (terciário)
2008	17.443	1.376	4.041	12.026
2009	19.084	1.430	3.925	13.728
2010	21.931	1.476	4.648	15.807
2011	25.661	1.567	6.464	17.630
2012	26.374	1.483	5.866	19.025

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Valor Adicionado a preço básico (1 000 000 R\$), por setor de atividade, de Alagoas - 2008-2012



Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Participação (%) no Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas

Ano	PARTICIPAÇÃO (%) NO VALOR ADICIONADO		
	Agropecuária (primário)	Indústria (secundário)	Serviços (terciário)
2008	7,89	23,17	68,94
2009	7,49	20,57	71,94
2010	6,73	21,19	72,08
2011	6,11	25,19	68,70
2012	5,62	22,24	72,14

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Participação no Valor Adicionado a preço básico, por setor de atividade, de Alagoas



Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Valor Adicionado, a preço básico, por atividade econômica de Alagoas

Atividade Econômica	VALOR ADICIONADO (1 000 000 R\$)				
	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>17.443</b>	<b>19.084</b>	<b>21.931</b>	<b>25.661</b>	<b>26.374</b>
Agropecuária	1.376	1.430	1.476	1.567	1.483
Indústria extrativa mineral	317	171	194	305	361
Indústria de transformação	1.926	1.573	2.041	3.469	2.794
Construção	920	1.186	1.444	1.760	1.759
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	878	995	970	931	953
Comércio e serviços de manutenção e reparação	2.458	3.266	3.701	4.275	4.629
Serviços de alojamento e alimentação	423	472	562	786	864
Transportes, armazenagem e correio	677	771	872	985	1.173
Serviços de informação (telecomunicações, informática, etc)	546	395	455	433	347
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	590	702	913	985	1.078
Serviços prestados às empresas	431	426	552	658	597
Atividades imobiliárias e aluguel	1.302	1.422	1.545	1.691	1.893
Administração, saúde e educação pública	4.743	5.301	6.139	6.645	6.944
Saúde e educação mercantis	361	413	447	474	551
Outros serviços	494	560	621	698	949

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Valor Adicionado a preço básico (1 000 000 R\$), por atividade econômica de Alagoas - 2012



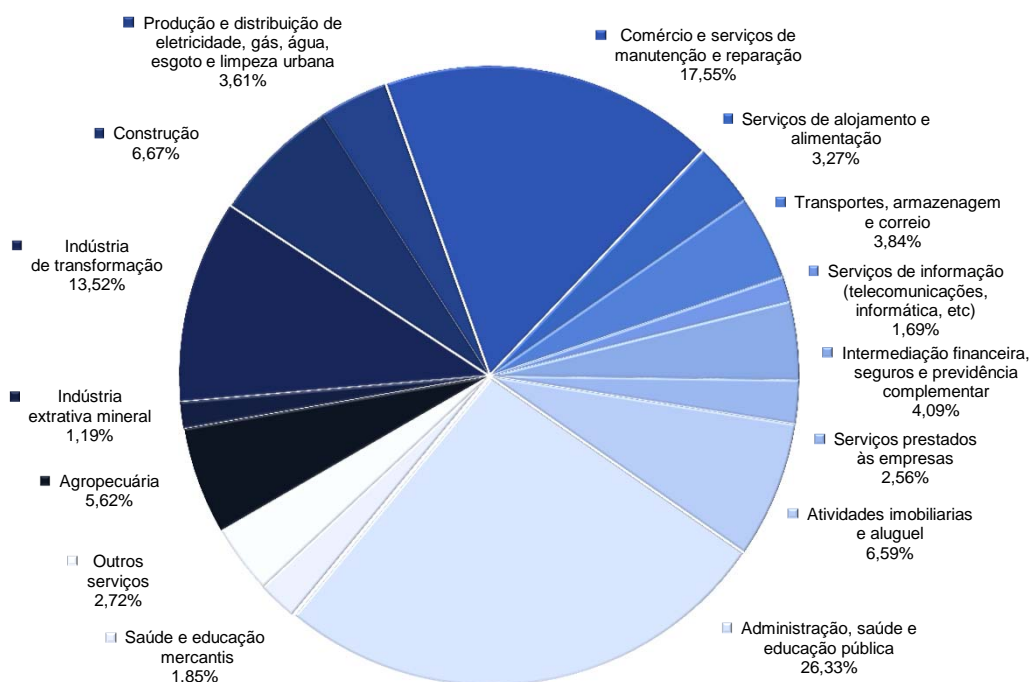
Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado de Alagoas

Atividade Econômica	VALOR ADICIONADO (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Agropecuária	7,89	7,49	6,73	6,11	5,62
Indústria extrativa mineral	1,82	0,90	0,88	1,19	1,37
Indústria de transformação	11,04	8,24	9,31	13,52	10,59
Construção	5,27	6,22	6,58	6,86	6,67
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	5,04	5,22	4,42	3,63	3,61
Comércio e serviços de manutenção e reparação	14,09	17,12	16,88	16,66	17,55
Serviços de alojamento e alimentação	2,43	2,47	2,56	3,06	3,27
Transportes, armazenagem e correio	3,88	4,04	3,98	3,84	4,45
Serviços de informação (telecomunicações, informática, etc)	3,13	2,07	2,08	1,69	1,32
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,38	3,68	4,16	3,84	4,09
Serviços prestados às empresas	2,47	2,23	2,52	2,56	2,26
Atividades imobiliárias e aluguel	7,46	7,45	7,04	6,59	7,18
Administração, saúde e educação pública	27,19	27,78	27,99	25,89	26,33
Saúde e educação mercantis	2,07	2,16	2,04	1,85	2,09
Outros serviços	2,83	2,93	2,83	2,72	3,60

Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado de Alagoas - 2012



Fonte: IBGE/Seplande-AL Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, Valor Adicionado por setor de atividade e Impostos, do Brasil e Região Nordeste

ANOS	VALOR (1 000 000 R\$)										
	Brasil	Região Nordeste									
		Total	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
<b>PIB</b>											
2010	3.770.085	507.502	45.256	22.060	77.865	32.339	31.947	95.187	24.575	23.932	154.340
2011	4.143.013	555.325	52.187	24.607	87.982	36.103	35.444	104.394	28.540	26.199	159.869
2012	4.392.094	595.382	58.820	25.721	90.132	39.544	38.731	117.340	29.545	27.823	167.727
<b>Valor Adicionado Total</b>											
2010	3.227.181	446.063	40.454	19.611	68.264	28.543	28.561	81.629	21.932	21.377	135.693
2011	3.530.871	486.899	46.545	21.975	77.476	31.880	31.718	88.506	25.661	23.413	139.724
2012	3.725.069	517.233	51.993	22.687	78.109	34.688	34.342	99.275	26.374	24.532	145.233
<b>VA da Agropecuária (primário)</b>											
2010	171.177	29.356	6.969	1.216	2.837	1.205	1.212	3.662	1.476	982	9.796
2011	192.653	31.898	8.166	1.626	3.639	1.194	1.427	3.054	1.567	827	10.399
2012	198.137	29.647	7.789	952	2.639	1.179	1.234	2.676	1.483	1.034	10.661
<b>VA da Indústria (secundário)</b>											
2010	905.852	108.639	6.351	3.622	16.187	6.128	6.433	18.077	4.648	6.104	41.090
2011	972.156	114.862	8.156	4.047	17.217	7.540	6.817	21.231	6.464	6.739	36.649
2012	969.234	121.685	8.619	4.230	17.843	8.284	7.814	24.941	5.866	7.084	37.004
<b>VA dos Serviços (terciário)</b>											
2010	2.150.151	308.068	27.134	14.774	49.240	21.210	20.915	59.891	15.807	14.291	84.807
2011	2.366.062	340.139	30.223	16.302	56.620	23.146	23.474	64.221	17.630	15.847	92.677
2012	2.557.699	365.900	35.585	17.505	57.627	25.226	25.294	71.657	19.025	16.414	97.567
<b>Impostos</b>											
2010	542.904	61.439	4.802	2.450	9.602	3.796	3.386	13.557	2.643	2.555	18.648
2011	612.142	68.427	5.642	2.632	10.506	4.223	3.725	15.888	2.879	2.786	20.144
2012	667.025	78.150	6.827	3.034	12.022	4.856	4.389	18.065	3.171	3.292	22.495

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

### Participação (%) do Valor Adicionado e dos Impostos no PIB do Brasil e da Região Nordeste

ANOS	Brasil	REGIÃO NORDESTE									
		Total	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
<b>Participação do VA Total no PIB</b>											
2010	85,60	87,89	89,39	88,90	87,67	88,26	89,40	85,76	89,25	89,32	87,92
2011	85,22	87,68	89,19	89,30	88,06	88,30	89,49	84,78	89,91	89,37	87,40
2012	84,81	86,87	88,39	88,20	86,66	87,72	88,67	84,60	89,27	88,17	86,59
<b>Participação da Agropecuária (primário) no VA Total</b>											
2010	5,30	6,58	17,23	6,20	4,16	4,22	4,24	4,49	6,73	4,60	7,22
2011	5,46	6,55	17,54	7,40	4,70	3,74	4,50	3,45	6,11	3,53	7,44
2012	5,32	5,73	14,98	4,20	3,38	3,40	3,59	2,70	5,62	4,21	7,34
<b>Participação da Indústria (secundário) no VA Total</b>											
2010	28,07	24,36	15,70	18,47	23,71	21,47	22,53	22,14	21,19	28,55	30,28
2011	27,53	23,59	17,52	18,42	22,22	23,65	21,49	23,99	25,19	28,78	26,23
2012	26,02	23,53	16,58	18,65	22,84	23,88	22,75	25,12	22,24	28,88	25,48
<b>Participação dos Serviços (terciário) no VA Total</b>											
2010	66,63	69,06	67,07	75,33	72,13	74,31	73,23	73,37	72,07	66,85	62,50
2011	67,01	69,86	64,93	74,19	73,08	72,60	74,01	72,56	68,70	67,68	66,33
2012	68,66	70,74	68,44	77,16	73,78	72,72	73,65	72,18	72,14	66,91	67,18
<b>Participação dos Impostos no PIB</b>											
2010	14,40	12,11	10,61	11,10	12,33	11,74	10,60	14,24	10,75	10,68	12,08
2011	14,78	12,32	10,81	10,70	11,94	11,70	10,51	15,22	10,09	10,63	12,60
2012	15,19	13,13	11,61	11,80	13,34	12,28	11,33	15,40	10,73	11,83	13,41

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

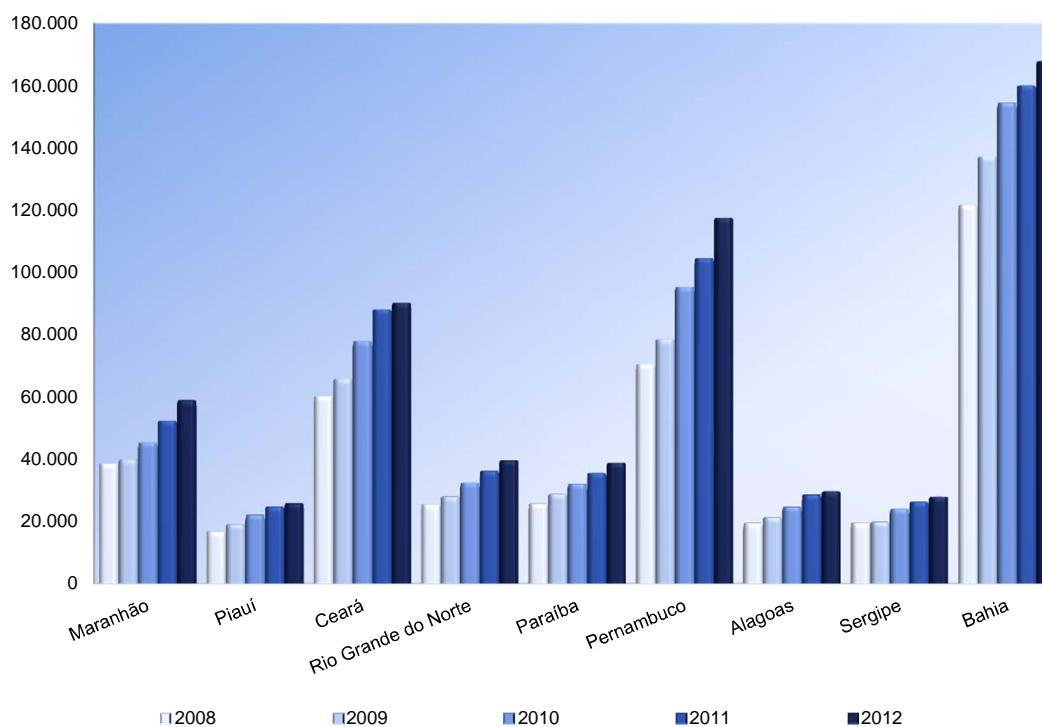
## Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Brasil e da Região Nordeste

Brasil e Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO (1 000 000 R\$)				
	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Brasil</b>	<b>3.032.203</b>	<b>3.239.404</b>	<b>3.770.085</b>	<b>4.143.013</b>	<b>4.392.094</b>
<b>Região Nordeste</b>	<b>397.500</b>	<b>437.720</b>	<b>507.502</b>	<b>555.325</b>	<b>595.382</b>
Maranhão	38.486	39.855	45.256	52 187	58 820
Piauí	16.760	19.033	22.060	24 607	25 721
Ceará	60.099	65.704	77.865	87 982	90 132
Rio Grande do Norte	25.481	27.905	32.339	36 103	39 544
Paraíba	25.697	28.719	31.947	35 444	38 731
Pernambuco	70.441	78.428	95.187	104 394	117 340
<b>Alagoas</b>	<b>19.477</b>	<b>21.235</b>	<b>24.575</b>	<b>28 540</b>	<b>29 545</b>
Sergipe	19.552	19.767	23.932	26 199	27 823
Bahia	121.507	137.075	154.340	159.869	167.727

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## PIB a preço de mercado corrente, por Estados da Região Nordeste - 2008-2012



Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.



**Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking das Unidades da Federação**

(continua)

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2008			2009			2010		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ranki ng
<b>BRASIL</b>	<b>3.032.203</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>3.239.404</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>3.770.085</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>
São Paulo	1.003.015	33,08	1	1.084.353	33,47	1	1.247.596	33,09	1
Rio de Janeiro	343.182	11,32	2	353.878	10,92	2	407.123	10,80	2
Minas Gerais	282.521	9,32	3	287.055	8,86	3	351.381	9,32	3
Rio Grande do Sul	199.494	6,58	4	215.864	6,66	4	252.483	6,70	4
Paraná	179.263	5,91	5	189.992	5,87	5	217.290	5,76	5
Santa Catarina	123.282	4,07	6	129.806	4,23	8	152.482	4,04	7
Distrito Federal	117.572	3,88	8	131.487	4,01	7	149.906	3,98	8
Bahia	121.507	4,01	7	137.075	4,06	6	154.340	4,09	6
Goiás	75.271	2,48	9	85.615	2,64	9	97.576	2,59	9
Pernambuco	70.441	2,32	10	78.428	2,42	10	95.187	2,52	10
Espírito Santo	69.870	2,30	11	66.763	2,06	11	82.122	2,18	11
Pará	58.519	1,93	13	58.402	1,80	13	77.848	2,06	13
Ceará	60.099	1,98	12	65.704	2,03	12	77.865	2,07	12
Mato Grosso	53.386	1,76	14	57.294	1,77	14	59.600	1,58	15
Amazonas	46.823	1,54	15	49.614	1,53	15	59.779	1,59	14
Maranhão	38.486	1,27	16	39.855	1,23	16	45.256	1,20	16
Mato Grosso do Sul	33.143	1,09	17	36.368	1,12	17	43.514	1,15	17
Rio Grande do Norte	25.481	0,84	19	27.905	0,86	19	32.339	0,86	18
Paraíba	25.697	0,85	18	28.719	0,89	18	31.947	0,85	19
<b>Alagoas</b>	<b>19.477</b>	<b>0,64</b>	<b>21</b>	<b>21.235</b>	<b>0,66</b>	<b>20</b>	<b>24.575</b>	<b>0,65</b>	<b>20</b>
Rondônia	17.888	0,59	22	20.236	0,61	21	23.561	0,62	22
Sergipe	19.552	0,64	20	19.767	0,62	22	23.932	0,63	21
Piauí	16.760	0,55	23	19.033	0,59	23	22.060	0,59	23
Tocantins	13.090	0,43	24	14.571	0,45	24	17.240	0,46	24
Amapá	6.765	0,22	25	7.404	0,23	25	8.266	0,22	26
Acre	6.730	0,22	26	7.386	0,23	26	8.477	0,22	25
Roraima	4.889	0,16	27	5.593	0,17	27	6.341	0,17	27

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

**Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking das Unidades da Federação**

(conclusão)

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO					
	2011			2012		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ranking	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	ranking
<b>BRASIL</b>	<b>4.143.013</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>4.392.094</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>
São Paulo	1.349.465	32,57	1	1.408.904	32,08	1
Rio de Janeiro	462.376	11,16	2	504.221	11,48	2
Minas Gerais	386.156	9,32	3	403.551	9,19	3
Rio Grande do Sul	263.633	6,36	4	277.658	6,32	4
Paraná	239.366	5,78	5	255.927	5,83	5
Santa Catarina	169.050	4,08	6	177.276	4,04	8
Distrito Federal	164.482	3,97	7	171.236	3,90	6
Bahia	159.869	3,86	8	167.727	3,82	7
Goiás	111.269	2,69	9	123.926	2,82	9
Pernambuco	104.394	2,52	10	117.340	2,67	10
Espírito Santo	97.693	2,36	11	107.329	2,44	11
Pará	88.371	2,13	12	91.009	2,07	13
Ceará	87.982	2,12	13	90.132	2,05	12
Mato Grosso	71.418	1,72	14	80.830	1,84	15
Amazonas	64.555	1,56	15	64.120	1,46	14
Maranhão	52.187	1,26	16	58.820	1,34	16
Mato Grosso do Sul	49.242	1,19	17	54.471	1,24	17
Rio Grande do Norte	36.103	0,87	18	39.544	0,90	18
Paraíba	35.444	0,86	19	38.731	0,88	19
<b>Alagoas</b>	<b>28.540</b>	<b>0,69</b>	<b>20</b>	<b>29.545</b>	<b>0,67</b>	<b>20</b>
Rondônia	27.839	0,67	21	29.362	0,67	22
Sergipe	26.199	0,63	22	27.823	0,63	21
Piauí	24.607	0,59	23	25.721	0,59	23
Tocantins	18.059	0,44	24	19.530	0,44	24
Amapá	8.968	0,22	25	10.420	0,24	26
Acre	8.794	0,21	26	9.629	0,22	25
Roraima	6.951	0,17	27	7.314	0,17	27

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

**Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking, por Estados da Região Nordeste**

(continua)

Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2008			2009			2010		
	Valor (1 000 000 R\$)	Partici- pação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Partici- pação (%)	ran- king	Valor (1 000 000 R\$)	Partici- pação (%)	rankin g
<b>Nordeste</b>	<b>397.503</b>	<b>100,00</b>	-	<b>437.720</b>	<b>100,00</b>	-	<b>507.502</b>	<b>100,00</b>	
Bahia	121.508	30,57	1	137.075	31,32	1	154.340	30,41	1
Pernambuco	70.441	17,72	2	78.428	17,92	2	95.187	18,76	2
Ceará	60.099	15,12	3	65.704	15,01	3	77.865	15,34	3
Maranhão	38.487	9,68	4	39.855	9,11	4	45.256	8,92	4
Rio Grande do Norte	25.481	6,41	6	27.905	6,38	6	32.339	6,37	5
Paraíba	25.697	6,46	5	28.719	6,56	5	31.947	6,29	6
<b>Alagoas</b>	<b>19.477</b>	<b>4,90</b>	<b>8</b>	<b>21.235</b>	<b>4,85</b>	<b>7</b>	<b>24.575</b>	<b>4,84</b>	<b>7</b>
Sergipe	19.552	4,92	7	19.767	4,52	8	23.932	4,72	8
Piauí	16.761	4,22	9	19.033	4,35	9	22.060	4,35	9

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

**Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking, por Estados da Região Nordeste**

(conclusão)

Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO					
	2011			2012		
	Valor (1 000 000 R\$)	Partici- pação (%)	ranking	Valor (1 000 000 R\$)	Partici- pação (%)	rankin g
<b>Nordeste</b>	<b>555.325</b>	<b>100,00</b>		<b>595.382</b>	<b>100,00</b>	
Bahia	159.869	28,79	1	167.727	28,17	1
Pernambuco	104.394	18,80	2	117.340	19,71	2
Ceará	87.982	15,84	3	90.132	15,14	3
Maranhão	52.187	9,40	4	58.820	9,88	4
Rio Grande do Norte	36.103	6,50	5	39.544	6,64	5
Paraíba	35.444	6,38	6	38.731	6,51	6
<b>Alagoas</b>	<b>28.540</b>	<b>5,14</b>	<b>7</b>	<b>29.545</b>	<b>4,96</b>	<b>7</b>
Sergipe	26.199	4,72	8	27.823	4,67	8
Piauí	24.607	4,43	9	25.721	4,32	9

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita* , segundo *ranking* das Unidades da Federação

(continua)

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO <i>per capita</i>					
	2008		2009		2010	
	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>
<b>BRASIL</b>	<b>15.990</b>	-	<b>16.918</b>	-	<b>19.766</b>	-
Distrito Federal	45.978	1	50.438	1	58.489	1
São Paulo	24.457	2	26.202	2	30.243	2
Rio de Janeiro	21.621	3	22.103	3	25.455	3
Espírito Santo	20.231	5	19.145	6	23.379	6
Santa Catarina	20.369	4	21.215	4	24.398	4
Mato Grosso	18.050	7	19.087	7	19.644	8
Rio Grande do Sul	18.378	6	19.778	5	23.606	5
Paraná	16.927	8	17.779	8	20.814	7
Mato Grosso do Sul	14.187	10	15.407	9	17.766	10
Minas Gerais	14.233	9	14.329	12	17.932	9
Goiás	12.878	12	14.447	11	16.252	12
Rondônia	11.977	13	13.456	13	15.098	13
Amazonas	14.014	11	14.621	10	17.173	11
Roraima	11.845	14	13.270	14	14.052	14
Amapá	11.033	15	11.817	15	12.361	16
Tocantins	10.223	16	11.278	16	12.462	15
Sergipe	9.779	18	9.787	18	11.572	17
Pernambuco	8.065	21	8.902	20	10.822	20
Acre	9.896	17	10.687	17	11.567	18
Rio Grande do Norte	8.203	20	8.894	21	10.208	22
Bahia	8.378	19	9.365	19	11.007	19
Pará	7.993	22	7.859	22	10.259	21
Ceará	7.112	23	7.687	23	9.217	23
Paraíba	6.866	24	7.618	24	8.481	24
<b>Alagoas</b>	<b>6.227</b>	<b>25</b>	<b>6.728</b>	<b>25</b>	<b>7.874</b>	<b>25</b>
Maranhão	6.104	26	6.259	26	6.889	27
Piauí	5.372	27	6.051	27	7.073	26

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita* , segundo *ranking* das Unidades da Federação

(conclusão)

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO <i>per capita</i>			
	2011		2012	
	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ranking</i>
<b>BRASIL</b>	<b>21.536</b>	-	<b>22.646</b>	-
Distrito Federal	63.020	1	64.653	1
São Paulo	32.449	2	33.624	2
Rio de Janeiro	28.696	3	31.065	3
Espírito Santo	27.542	4	29.996	4
Santa Catarina	26.761	5	27.772	5
Mato Grosso	23.218	7	25.946	6
Rio Grande do Sul	24.563	6	25.779	7
Paraná	22.770	8	24.195	8
Mato Grosso do Sul	19.875	9	21.744	9
Minas Gerais	19.573	10	20.325	10
Goiás	18.299	11	20.134	11
Rondônia	17.659	13	18.466	12
Amazonas	18.244	12	17.856	13
Roraima	15.106	14	15.577	14
Amapá	13.105	15	14.915	15
Tocantins	12.891	16	13.776	16
Sergipe	12.536	17	13.181	17
Pernambuco	11.776	19	13.138	18
Acre	11.783	18	12.690	19
Rio Grande do Norte	11.287	22	12.249	20
Bahia	11.340	21	11.832	21
Pará	11.494	20	11.679	22
Ceará	10.314	23	10.473	23
Paraíba	9.349	24	10.152	24
<b>Alagoas</b>	<b>9.079</b>	<b>25</b>	<b>9.333</b>	<b>25</b>
Maranhão	7.853	26	8.760	26
Piauí	7.836	27	8.138	27

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Produto Interno Bruto *per capita*, segundo *ranking*, por Estados da Região Nordeste

Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO <i>per capita</i>									
	2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>	Valor (1,00 R\$)	<i>ran- king</i>
<b>Nordeste</b>	<b>7.487</b>	-	<b>8.168</b>	-	<b>9.561</b>	-	<b>10.380</b>	-	<b>11.045</b>	-
Sergipe	9.779	1	9.787	1	11.572	1	12.536	1	13.181	1
Pernambuco	8.065	4	8.902	3	10.822	3	11.340	3	13.138	2
Rio Grande do Norte	8.203	3	8.894	4	10.208	4	11.287	4	12.249	3
Bahia	8.378	2	9.365	2	11.007	2	11.776	2	11.832	4
Ceará	7.112	5	7.687	5	9.217	5	10.314	5	10.473	5
Paraíba	6.866	6	7.618	6	8.481	6	9.349	6	10.152	6
<b>Alagoas</b>	<b>6.227</b>	<b>7</b>	<b>6.728</b>	<b>7</b>	<b>7.874</b>	<b>7</b>	<b>9.079</b>	<b>7</b>	<b>9.333</b>	<b>7</b>
Maranhão	6.104	8	6.259	8	6.889	9	7.853	8	8.760	8
Piauí	5.372	9	6.051	9	7.073	8	7.836	9	8.138	9

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

## Produto Interno Bruto de Alagoas, do Nordeste e do Brasil, segundo participação

Ano	PRODUTO INTERNO BRUTO					
	Valor (1 000 000 R\$)			Participação (%)		
	Alagoas	Nordeste	Brasil	AL/NE	AL/BR	NE/BR
<b>2008</b>	19.477	397.500	3.032.203	4,90	0,64	13,11
<b>2009</b>	21.235	437.720	3.239.404	4,85	0,66	13,51
<b>2010</b>	24.575	507.502	3.770.085	4,84	0,65	13,46
<b>2011</b>	28.540	555.325	4.143.013	5,14	0,69	13,40
<b>2012</b>	29.545	595.382	4.392.094	4,96	0,67	13,56

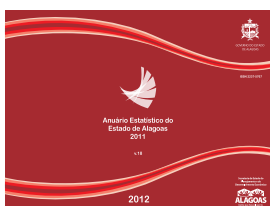
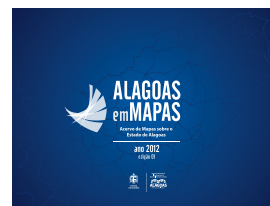
Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

# CONHEÇA NOSSAS PUBLICAÇÕES

## Alagoas em Mapas

Publicação que reúne um conjunto de mapas sobre o Estado e seus municípios, que contempla diversos aspectos das áreas de demografia, caracterização territorial, indicadores sociais e econômicos, infraestrutura, além de uma composição de imagens anáglifas para visualização em 3D.

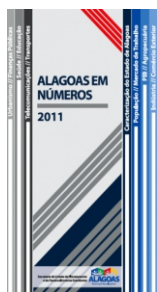
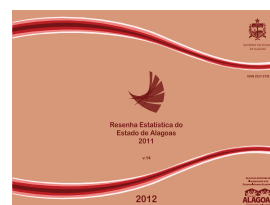


## Anuário Estatístico do Estado de Alagoas

Publicação que reúne um conjunto de dados estatísticos do Estado e dos municípios de Alagoas nas áreas da educação, saúde, saneamento, segurança pública, eleitorado, mercado de trabalho, atividades agropecuárias, atividades industriais, serviços, finanças, comércio de mercadorias, instituições financeiras, dentre outros.

## Resenha Estatística do Estado de Alagoas

Publicação que reúne um conjunto resumido dos principais dados estatísticos do Estado de Alagoas nas áreas da educação, saúde, saneamento, segurança pública, eleitorado, mercado de trabalho, atividades agropecuárias, atividades industriais, serviços, finanças, comércio de mercadorias, instituições financeiras, dentre outros.

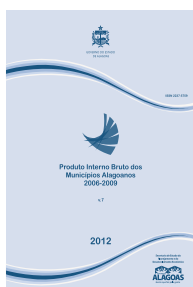


## Alagoas em Números

O Alagoas em Números é uma publicação anual elaborada pela SEPLANDE com o intuito de disponibilizar à sociedade, informações referentes à realidade socioeconômica Alagoana. Através da 1ª edição do Alagoas em Números, a SEPLANDE apresenta um panorama do cenário do Estado de Alagoas em 2011, trazendo uma coletânea de dados referentes às dimensões fisiográfica, demográfica, desenvolvimento humano, infra-estrutura, desenvolvimento econômico e finanças públicas, constituindo-se em uma grande fonte de consulta para a sociedade.

## Contas Regionais do Estado de Alagoas

Publicação que divulga os resultados do Produto Interno Bruto do Estado de Alagoas bem como a análise das informações desagregadas por segmentos e atividades econômicas, baseado em metodologia nacional e comparável com as demais Unidades da Federação.



## Produto Interno Bruto dos Municípios Alagoanos

Publicação que divulga os resultados do Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado de Alagoas bem como a análise das informações desagregadas por segmentos e atividades econômicas, baseado em metodologia nacional e comparável com as demais Unidades da Federação.

# CONHEÇA NOSSAS PUBLICAÇÕES

## Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas

Publicação que descreve o comportamento de curto prazo da economia alagoana. Seu propósito é registrar e analisar, por meio de indicadores macroeconômicos específicos, os fatores e informações dos principais setores ao longo do tempo, permitindo o acesso e a compreensão de parte da história da economia do estado.



## Agropecuária dos Municípios Alagoanos

Publicação que permite ao leitor conhecer a situação da agricultura e da pecuária de toda Alagoas. Aqui é possível encontrar informações relativas à área plantada e colhida, quantidade produzida e valor da produção dos bens de consumo agrícolas no estado; além do efetivo pecuário e dos produtos de origem animal. A publicação leva em consideração o total de municípios alagoanos e é realizado num período anual desde 2004.

## IPC - Índice de Preço do Consumidor de Maceió

Publicação que apresenta os resultados do Índice de Preços ao Consumidor de Maceió - IPC, índice que calcula a variação de preços de uma cesta de bens e serviços consumidos pela população na área urbana de Maceió, compreendendo a faixa de renda de um a oito salários mínimos.



## Projeção da População dos Municípios Alagoanos

Publicação que apresenta as estimativas da população do Estado e dos municípios de Alagoas, contendo informações são disponíveis por localização e gênero.

Todas as publicações estão disponíveis no Portal Alagoas em Dados e Informações, na seção Publicações.

## Conheça o Portal ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES

O portal Alagoas em Dados e Informações é uma plataforma interativa de acesso útil, rápido e fácil para consulta e utilização de dados e informações socioeconômicas de Alagoas.

Pensando em você que deseja conhecer mais sobre a Economia e a Sociedade do Estado de Alagoas, de uma maneira confiável e segura, fazemos este convite para navegar por este instrumento interativo de informação e conhecimento.

Conheça o Portal Alagoas em Dados e Informações: Alagoas num só lugar, em todo lugar.

ACESSO: <http://informacao.seplande.al.gov.br>







